

CONCEITUANDO GÊNERO: DESIGUALDADE SOCIAL ENTRE HOMENS E MULHERES E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR EM GUINÉ-BISSAU¹

Nhiblo Pedro Barregol²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir a questão de gênero, com reflexão sobre a desigualdade constituída para diferenciação entre mulher e homem, a partir de seus papéis sociais, e no ensino superior. Metodologicamente a pesquisa se classifica como bibliográfica, com traços da pesquisa documental, quanto à abordagem, enquadra-se na qualitativa. No que se refere ao referencial teórico sobre gênero e a educação, a pesquisa pautou-se em autoras e autores africanos como: Mandau (2015), Adichie (2017), Oyewume (2004) e Baticã (2015). Os resultados desta pesquisa evidenciam a diferenciação de homem e mulher a partir das funções na sociedade e as causas da evasão escolar feminina principalmente no ensino superior. Essa desigualdade social pautada no gênero, no contexto guineense, provém dos fatores socioculturais, econômicos e políticos que são os estereótipos elaborados a partir do colonialismo e promovido pela religião, no qual a função da mulher é cuidar da casa e da família. Concluimos que é necessário que o Estado guineense promova mais projetos que visam a emancipação feminina, pois a sociedade precisa das mulheres na tomada de decisões, por isso, é fundamental o acesso ao ensino superior das meninas no país, para a diminuição da cultural machista no panorama guineense.

Palavras chaves: Gênero, Desigualdade, Ensino Superior. Guiné-Bissau.

Abstract: The present work aims to discuss the issue of gender, with a reflection on the inequality constituted for the differentiation between women and men, from their social roles, and in higher education. Methodologically, the research is classified as bibliographic, with traces of documentary research, as for the approach, it fits into the qualitative. Regarding the theoretical framework on gender and education, the research was based on African authors such as: Mandau (2015), Adichie (2017), Oyewume (2004) and Baticã (2015). The results of this research show that the causes of female school dropout, especially in higher education, and the differentiation of men and women based on their functions in society. This gender-based social inequality in the Guinean context comes from sociocultural, economic and political factors that are the stereotypes elaborated from colonialism and promoted by religion, in which the function of women is to take care of the home and the family. We conclude that it is necessary for the Guinean State to promote more projects aimed at female emancipation, because society needs women in decision-making, so it is essential to have access to higher education for girls in the country, for the reduction of the macho culture in the Guinean panorama.

Keywords: Gender, Inequality, Higher Education. Guiné-Bissau

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz em análise a reflexão das desigualdades construídas historicamente e socialmente entre o homem e a mulher, compreender os desafios

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Curso de Licenciatura em Sociologia, vinculado ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Sociologia, sob orientação da professora Dr^a Joana Röwer.

² Autora. Bacharel em Humanidades e Licencianda em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

enfrentados pelas mulheres guineenses no tocante ao acesso aos espaços importantes como ensino superior. Por diversas circunstâncias, o comportamento machista inseriu-se nas realidades africanas, cabe perguntar em que situação consiste o debate sobre o gênero nas realidades africanas? Sob quais óticas são conceituados esses debates? De maneira inconveniente a cultura machista constitui como violência nas relações sociais e leva sobre a convivência as instáveis sociedades subsistentes de valores próprios regentes e importantes diferenças no sistema patriarcado, como são constituídas as relações entre o gênero? O que determina a desigualdade entre gênero ou a presença das mulheres no ensino superior?

Sobre essas questões, o nosso trabalho irá apresentar fatores postos a desafiar sobre a temática, como compreensões observadas nos textos e artigos lidos.

A escolha desta temática partiu da minha trajetória acadêmica contexto histórico, político e social acerca de igualdade de gênero, na sociedade guineense constituindo menos participação das meninas no mercado de trabalho, na tomada de decisão nos debates com menos números na política e no ensino superior.

Nesta perspectiva, com alargamentos de redes de ensino superior na Guiné Bissau, muitas pessoas sem recursos tentam compartilhar conhecimento, de uma forma equitativa, essa partilha acaba por envolver ações estruturantes para o bem-estar de indivíduo na escola, para uma progressiva construção de valores significativos na integração social, com a finalidade de responder a futura sociedade. Sem dúvida, a educação é uma arma crucial para o desenvolvimento, também é fundamental para o crescimento do ser humano em todo sentido, assim pretendemos analisar as desigualdades de gênero, com o intuito de luta contra as desigualdades construídas historicamente e socialmente entre o homem e a mulher no campo acadêmico (universidade) e social, que hoje, constituí debates para todas as sociedades. Assim sendo, propor esta abordagem com relação a realidade guineense, que vai em formas não só de compreender, mas também de expor o modo como o machismo foi naturalizado nesta sociedade, o que não é só por questões do próprio panorama do país em si, porém da influência da globalização e da religião, que sobrepôs à cultura machista juntamente do patriarcado como o modelo ideal na construção da família.

A “metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico do caminho do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades” (DEMO, 1989, p.28), a metodologia como um estudo dos caminhos para se chegar a um determinado fim. O presente artigo é elaborado com a abordagem qualitativa.

O presente artigo é elaborado com a abordagem qualitativa. Segundo Engel, “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (ENGEL, 2009, p.31). Nele utilizamos o método documental em que analisamos os documentos produzidos na Guiné-Bissau, por organizações não governamentais que atuam no país, que abordam questões relacionadas à temática abordada neste artigo. A "pesquisa documental, é aquela pesquisa que vai utilizar o documento como fonte de coletas de dados, vai coletar dados de documentos para poder analisar e responder um problema de pesquisa" (PIANA, 2009, p.124). Também utilizaremos o método bibliográfico, a partir do qual analisaremos livros, monografias, dissertações e artigos publicados sobre o tema a ser abordado.

Em seguida, terão, o desenvolvimento do trabalho com pontos de discussão em primeiro momento sobre a conceitualização do gênero, com relação às diferenciações dos contextos, no segundo momento, desigualdade social entre homem e mulher nos espaços de poder, no terceiro momento, as causas e desigualdade e evasão escolar feminina na Guiné-Bissau e ensino superior na sociedade guineense, dentre as construções e formas como são naturalizadas esse comportamento pelas instituições, inicialmente na família e pelo Estado, por último a conclusão.

2 CONCEITUANDO GÊNERO DISCUSSÕES INICIAIS

Quando vimos várias discussões sobre gênero, a maior preocupação que aparece, logo, é de denúncia à cultura machista, e essa discussão iniciou-se com as feministas ocidentais que segundo Nah Dove (1998) são experiências difíceis que as mulheres europeias passavam com seus maridos em casa e muitas dessas eram cruéis, devido ao seu grau da violência, contudo essas eram umas das experiências específicas que contextualiza as suas realidades, concordando com autora, por outro lado, Oyèrónké Oyewume (2004) questiona as formas como foram levadas essas discussões no campo acadêmico ou científico, de maneira genérica e explicada a partir de um paradigma que não contempla todas as realidades do mundo. É válido essa inquietação, como levantar um entendimento do que o Ocidente sempre propõe expandir e protagonizar o mundo.

Nos debates internacionais sobre gênero segundo Oyewuime (2004) ela é definida a partir de um prisma do modelo da família nuclear, um tipo constituído na caracterização em que o homem é o centro de tudo e a mulher a doméstica cuidadora da família, para todas as sociedades foi passada como modelo de uma família ideal, cada categoria (homem, mulher)

conhecendo seu espaço no caso das funções, de maneira forte, foi naturalizada e inserida como expandida em todas as sociedades, através das mídias sócias, isso considerando que a modernidade, mas para ressaltar que o pilar dessa expansão foi a igreja católica inicialmente, depois seguindo as suas subdivisões protestantes e evangélicos e mais, destacadas na Bíblia para legitimar a sua eficácia.

Todavia, para Oyewume, a ideia da expansão da cultura patriarcal veste na abordagem do gênero, que constitui a ambiguidade dos sentidos considerados no campo científico, não se pode generalizar um conceito só porque acontece num certo local e desconsiderar outras realidades que possivelmente contraria o que se generalizado.

Dado a esse motivo, a crítica da autora contraria a intencionalidade da compreensão do gênero só por prisma da família, comprovando com a realidade dos povos Yorubá, abriu-se novas formas e olhares para debate de gênero. Lembrando sempre que gênero é uma construção social e é dentro dessas compreensões que deveria ser um paradigma dentro de uma conjuntura específica, para iniciar o que se pode pensar em abordar, pois toda a construção também são concepções culturais, construções que são passadas sobre certa situação diz respeito a como esse povo convive ou lida dentro da dinâmica de uma situação, que pode ser levada como fenomenologias ou problemáticas e assim por diante.

Por outro lado, é compreensível o que a autora trouxe como crítica comparada a realidade dos povos Yorubas, porém sem esquecer que a dita cultura e Ocidente sempre querendo ser centro de referências mundiais, assim como Estados Unidos, em consequências disso, há enormes influências em diferentes continentes de um tipo de modelo familiar nuclear, por isso, é inegável que não são esses os motivos da perda das histórias e práticas culturais de vários povos principalmente no cenário guineense, referente ao que o patriarcado reforça com o machismo, isto é, muitas delas obtidas da colonização que encarna na pele dos africanos, especificamente os guineenses e leva-os ao negacionismo sobre os significados culturais, quando o Diop (1993, p.08), assinala o,

[...] desafia teorias europeias evolucionistas que afirmam que o matriarcado é um estágio inferior no desenvolvimento humano e na organização social. Muito simplesmente, ele atribui matriarcado para um estilo de vida agrária em um clima de abundância e patriarcado às tradições nômades decorrentes de ambientes agressivos.

Razão pela qual muitos desentendem isso, visto que a própria academia também reforça a colonialidade que podemos compreender como um sistema de colonização mental, que se verifica no comportamento e atitude do africano colonizado, além do mais se procurou sempre.

A raça branca, reconhecida como a mais poderosa militarística e economicamente, essencialmente controla, dirige e administra, por meio da estrutura do capitalismo, os recursos do mundo, incluindo as energias dos povos [...] como uma instituição europeia estruturada para manter os interesses de desenvolvimento ocidentais, pode também ser definida como supremacia branca. O uso de uma análise cultural permite que se trace a construção social e ideológica de estruturas de raça, gênero e classe até seus antecedentes europeus (DOVE, 1998, p.5).

Assim sendo, no processo da ampliação de debate em conceitualização que se aproxima da discussão da Oyewume que a autora americana Hudson-Weems (1993), propôs o conceito do mulherismo africano ou Womanism, re-abordada pela Dove (1998) como mulherismo africano, que para Weems reconfigura o conceito de mulher negra com as limitações presentes nas ideologias e políticas vigentes centradas no gênero, que por vezes são insuficientes para frear ou responder as violências do cotidiano racial dessas mulheres, o que também entra para Dove (1998) na compreensão das mulheres africanas que, sob as mesmas óticas suas situações com a relação com o passado colonial estão sobrepostas a vivenciar sobre a cultura do patriarcado pois se aculturou no mundo.

Com todas abordagens e conceitualizações à respeito do gênero, vale ressaltar que, na atualidade, destacando as realidades africanas, falar do matriarcado ou matrilinearidade não são suficientes, hoje, para enfrentar o nível da violência provocado pela cultura machista, cientes de certas circunstâncias da história que pontuam o epistemicídio cultural, fizeram com que muitas dessas formas de vivências nas sociedades se apaguem, cria um olhar para ver a direção que caminharemos desconhecendo certos valores, que são bases da nossa cultura, na instrução detalhada pela Oyewume (2004).

Com base nisso, a autora explicou o como era constituídas essas sociedades, que não haviam termos que diferenciavam funções das categorias (homem, mulher) e tudo estava alinhado na senioridade e as linhagens sanguíneas eram seguidas por parte materna, tudo isso são valores que, na sua praticidade, perderam-se por consequência colonial, o exemplo dos povos Yorubas contemplar outras realidades que por muito tempo hoje, exigirá muito trabalho para ser comprovada, em caso do exemplo da etnia papel da Guiné-Bissau, que na sua construção é matrilinear, mas não matriarcado porque o poder não está na figura feminina e os espaços de decisão, é sempre no homem, como também no contexto da etnia Bijagós, que na sua construção é matriarcado pois o poder centra na mulher e a dinâmica das

suas práticas culturais empodera a mulher, neste caso, entendemos que pelo menos ainda se vê a resistência de poder cultural nesta etnia.

Na base destes casos, podemos observar que o fator global continua a influenciar, através da cultura-euro-americana, legitimando-as na religião e protagonizada pelas redes sociais e meios de comunicação, por essa razão, em algumas circunstâncias, o objeto paradigmático do gênero conceituado pelas feministas Ocidentais entra como base para falar do gênero como resultado da expansão da cultura machista, entrando-se, muito, como referência na abordagem da violência de gênero, na emancipação feminina, e no empoderamento dos espaços desconfigurados a elas. Nestes posicionamentos muitas autoras feministas africanas ou que abordam a tendência de apresentar as experiências das do Sul global, visto que o discurso das feministas do Norte de cariz colonial e de interesse que se assemelhe do imperialismo Catarina Martins (2016), Chandra Talpade Moanty (2020), Anima Mama Oweyumí (2021).

Foi por esses contextos que houve as formas de mobilizações e organizações de mulheres referenciadas pela Tatiana Reis Silva (2018) na luta pelas independências dos países de PALOP no caso de Guiné-Bissau, Cabo-verde e Moçambique, assim como contemplados nos outros países do continente em geral. As principais frentes dessas mobilizações segundo Silva (2018, p. 971) eram os seguintes pontos; a) a identidade e posicionamento que consideram as realidades africanas; b) da resistência anti-colonial; c) a emancipação feminina, o lugar da mulher não é só em casa e que podia participar na luta como uma comandante e mais, e que as funções de mãe, esposa não têm que ser subserviente e obediente; d) acesso à educação, poder ser Universitária em qualquer canto do mundo se quiser, liberdade econômica independente e poder participar em organizações de diferentes tipos e ser visibilizada.

Este sentido coloca a necessidade de compreender o modo como se configura hoje nas realidades desses países no debate referente à desigualdade de gênero, com demanda específica relacionada às estruturas sociais e como são vistas a partir do gênero das mulheres ocupando esses lugares de poder, isto é, se é que têm acesso a esses espaços, seção a seguir irá tratar desta discussão.

3. DESIGUALDADE SOCIAL ENTRE HOMEM E MULHER NOS ESPAÇOS DE PODER

É importante promover igualdade de gênero e não só, como também mostrar para sociedade que as mulheres merecem ser valorizadas e respeitadas perante aos seus direitos, com poder de escolha e decidir o que é bom para ela sem discriminação da sua integridade física, psicológica e moral. Porém, a prática da cultura machista ainda está muito bem enraizada e perpetuada dentro da nossa sociedade, pois, se naturalizou como algo normal para certos posicionamentos, além de constituir uma das caracterizações do modelo civilizado passado com sua aculturação. É uma prática que coloca a mulher num lugar de submissão ou de inferioridade, só pelo simples fato de ser mulher, precisa cumprir com o que a sua categoria é legitimada.

Segundo Adriana Piscitelle (2009) a desigualdade de gênero resulta da discriminação feminina, isto é, formulada a partir da concepção determinista biológica, e historicamente esta vem sendo uma das lutas a serem travadas na desconstrução desta ideia, para ela

Toda a discriminação costuma a ser justificada mediante a atribuição de qualidade e traços de temperamento diferentes a homens e mulheres, que são utilizados para delimitar seus espaços de atuação. Com frequência, esses traços são considerados como algo inato, com o qual se nasce, algo supostamente “natural”, decorrente das distinções corporais ente homem e mulher, em especial daquelas associadas á suas diferentes capacidades reprodutivas. Em muitos cenários, a vinculação entre qualidade feminina e a capacidade de conceder filhos e dar à luz contribui para que a principal atividade atribuída às mulheres seja a maternidade, e que o espaço doméstico e familiar seja visto como seu principal local de atuação (Piscitelle, 2009, s/p).

A Compreensão da estruturação da desigualdade criada na sociedade centra na família na distinção dos papéis sociais que cada um é instruído, um processo que limita a capacidade crítica sobre tal, pois assim formaliza enquanto uma normatividade estabelecida na cultura foi constituída a longo dos tempos.

A historicidade da desigualdade de gênero como foi ressaltada anteriormente representa quanto “[...] o patriarcado europeu está na base das desigualdades sociais do Ocidente que afetam as mulheres e os homens africanos de forma igualmente perversas” (DOVE, 1998, p.5), por fim, “os efeitos da aculturação provocada não só por colonialismo, mas também com “o reconhecimento de que a dominação europeia alterou e frequentemente destruiu outros grupos culturais diferentes do povo africano” (Dove1998, p. 6).

Neste âmbito, compreender a configuração deste fenômeno em si, sempre nos conduz a relação que foi o processo colonial, contudo, também perceber a forma como os processos das dinâmicas culturais e sociopolíticas e econômicas que estabelecem essa diferenciação de acordo com a Joacine Katar Moreira (2017). Para a discussão de gênero na Guiné-Bissau se

lembra muito a considerar a participação das mulheres na luta da libertação nacional e de como as mulheres guineenses foram motrizes na mobilização deste então processo, tendo em destaque figuras que até hoje ainda são homenageadas nos dias das mulheres das comemorações nacionais e internacionais. (Gomes, 2016). No entanto, mesmo tendo este marco na nossa história, a este efeito se vê uma grande problemática da desigualdade de gênero resultado forte do pensamento colonial da qual Moreira (2017) pontua como *cultura di machthundadi* que quer dizer (prática da cultura machista).

A situação da então problemática desigualdade de gênero, levando em conta a discussão na seção anterior, considerou que é um resultado do processo colonial, isto porque segundo Manuela Barges (2011), a representação da mulher no período da colonização se caracterizava e constituída por colono, este posto objetiva distanciar os indígenas (guineenses) dos seus costumes e práticas culturais, colocando as, através da antropologia colonial, com estudos etnográficos que perspectivam apresentar uma mulher guineense submissa, e objetificada sexualmente mas também, faziam essa inserção a partir de uma determinação constituída da busca da civilização, por meio do Estatuto do Indigenato, na qual, aqueles que usufruíam desta esfera pública são todos homens, em que podiam ter educação formal ou institucionalizada, enquanto que as mulheres não eram acessadas para estes espaços.

Essa representação colocava mulheres guineenses no período colonial, como aquelas inferiores que nem mesmo em comparação dos ocidentais aproximavam, pois,

Afirma-se sumariamente que a mulher «(...) a despeito de desempenhar importante papel no direito costumeiro – ser o instrumento de garantia do vínculo de consanguinidade – não adquire capacidade civil”. Em solteira, fica sob a tutela do pai, ou do herdeiro (tio ou sobrinho); casada, sob a tutela do marido; viúva, sob a do herdeiro do marido»⁶², sempre tuteladas por um homem ou, quando independentes, são sumariamente consideradas promíscuas. (BORGES, 2011, p.77).

Dentro dessas dimensões, podemos observar a dinâmica da imposição a essa realidade com as mobilizações sociais que as mulheres propõem para contrariar a normalização da desigualdade entre gênero, uma delas foi a recorte da posição das mulheres na luta pela independência dos países colonizados pelo Portugal, abordado pela autora Reis Silva (2018). De acordo com ela, a luta pela independência ajudou no que hoje contextualizamos sobre a emancipação das mulheres na sociedade guineense, assim como em outros países tratado nessa discussão, para, além disso, é importante entender que em todos esses países, a história da emancipação das mulheres está ligada a luta da

independência, foi por essas que deu muitas ações concernentes às discussões hoje feitas no contexto sobre as condições das mulheres.

Na base desses objetivos que as mulheres sobressaem discutindo seus interesses na promoção do bem-estar da mulher com principais pautas relacionadas aos direitos da mulher em todas as escalas, por isso, (Silva, 2018, p.974) ressaltada que,

[...]a ativa participação das mulheres resultou na criação de ligas e organizações femininas no interior dos movimentos de libertação em vários países, cujo objetivo era renderizar as lutas e chamar a atenção para as relações sociais e de poder estabelecidas entre homens e mulher (SILVA, p. 974).

A participação histórica das mulheres neste marco histórico de luta como mencionado, fortificou mais graças ao ativismo do líder Amílcar Cabral, da qual desempenhou grande tarefa em sensibilizava e exigir uma representação no comitê da organização do movimento da luta, à ponto exortar que as mulheres guineenses estavam enfrentando duas frentes uma contra a colonização e outra seria contra o patriarcado (Candé, 2013). Ainda, autora afirma que essa mobilização possibilitou uma transformação na mudança das mentalidades na esfera pública fazendo com que muitas meninas entrassem na educação, e a presença feminina seja registrada sobretudo nos meios rurais, em que existia uma maior resistência quanto à presença feminina nos lugares de decisão concordando com a (SILVA, 2018), porém após a independência o país entrou em sérios problemas em que a discriminação, pobreza feminina tornou-se uma graves situações a continuar a retroceder o país.

Diante da estruturação machista nesta sociedade as mulheres que anteriormente eram ganhou espaço e respeito público, voltou nas situações submersas, hoje encontramos num complexo situacional em que a cada vez as situações das mulheres continua a gravar, a sua descriminação juntamente com as diferentes violências continuam a persistir sem ser interesse do Estado.

A forte presença desse comportamento machista de desigualdade, continuam a fator principal em definir os papéis sociais pontuados anteriormente, a construção de gênero com categoria de diferenciação dos sujeitos sociais responde a estes sobre os significados a serem observados na divisão do trabalho, contudo a relação desta construção socialmente ultrapassa a simples distribuição de tarefas ao qual configura, assim,

A identidade social da mulher, assim como a do homem, e construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar homem (Saffiotte, 1987, p.8)

Desta maneira a compreensão sobre os papéis sócias e a divisão social do trabalho não dissocia da construção passado do gênero, sustentado pelo sistema capitalista, este modo viver teve base na ideia constituída a modernidade em visão masculinizada do mundo. É a partir desta relação que se observa sociedade como guineense sujeitos situados e afetados com uma educação formal da escola onde este sujeito e revestida das normalidades dadas como forma organizada da sociedade assim como informal dada na família.

Por isso, se encontra dentro da dinâmica do acesso à educação há uma maneira desigual que sobrepôs à determinação de uma educação de homem e da mulher, essas diferenciações são vistas no papel da família sendo a gerenciadoras deste modelo sistémico, quando uma menina e um menino estão na mesma casa seus tempos de estudos são diferenciais considerando a forma como são atribuídos os trabalhos domésticos as mulheres, e esse fator é dos principais motivos pelos quais na Guiné-Bissau existe uma desigual relação no campo do trabalho como no ensino superior de recorte enorme se contextualizar o gênero como salienta Djop (2021).

A responsabilização da mulher relativa aos trabalhos domésticos em consequência levou muitas das mulheres a serem deslegitimadas em seus trabalhos e nos espaços Universitários com fatores atrelados ao assédio, misoginia, violências físicas, moral e mais. Por meio destas menções destacamos a importância do movimento feminista referente a este processo, apesar de falhar muito em como se introduziu esta discussão de forma generalizada sua contribuição bastante em entender os modos como este fenômeno criou injustiça social e hierarquizou as relações sociais nas sociedades.

Para Jane Soares de Almeida (2011, p.166), a tendência do feminismo parte,

Na desconstrução da ordem universal de poder, a voz das mulheres deve ser ouvida, o que em primeira análise significa no âmbito privado, democratizar as relações familiares e não excluir as mulheres do acesso aos bens econômicos e culturais, de forma a promover seu desenvolvimento como atores sociais com inserção individual e coletiva. Isso poderia possibilitar uma desconstrução do poder desigual, alinhando homens e mulheres nos mesmos patamares socioculturais, políticos e econômicos.

A busca da desconstrução, o movimento feminista teorizou no campo acadêmico e social a necessidade de um reconhecimento social das mulheres na construção e dinâmica da sociedade, com a forte crítica organizaram com ousadia a desconstruir o normalizado determinante que olhava as mulheres pelas suas naturezas (de terem vagina, e sua reprodução maternidade, período menstrual) como incapazes, este movimentação sustentada na Europa

nas entradas da segunda onda do feminismo com então frase da ícone Simone de Bouevoior, “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Autora demonstra que gênero é uma construção social e sendo assim, não limita capacidade de ninguém na escolha e possibilidade da sua evolução, do mesmo modo que a psicologia interpreta que todos podem desenvolver dependendo da possibilidade do meio educacional, entretanto, destaque aqui o uso das psicanalistas em interpretar este fator ajudando sobre compreensão do sexo como fato biológico sem ligação ao que a estrutura designa referir a incapacidade das mulheres.

Por meio deste entendimento,

[...]a educação feminina, durante longo tempo, tanto na escola como na família, foi normatizada e controlada pelos homens e de acordo com o que estes consideravam necessário: para os homens, o espaço público, a política, a gerência dos negócios; para as mulheres, o cuidado com a casa e os filhos, a economia doméstica. Historicamente, isso trouxe impactos nas relações entre os sexos, que se traduzem pela subordinação feminina ainda nos tempos que correm e possivelmente, embora com menor impacto, ainda nos tempos em devir (ALMEIDA, 2011, p.173).

Promover a igualdade de gênero não significa que as mulheres e homens, meninas e meninos sejam iguais em funções biológicos, porém levar as necessidades diferentes dentro de direitos iguais, ambos precisam disfrutar as mesmas oportunidades em deferentes camadas e esferas da sociedade e do país, como precisam de políticas públicas que responde a essas necessidades, uma delas principal a promoção de direitos sem moralismos ou regras inconcebíveis que as restringem, sobre essa ótica temos a recomendação da escritora feminista nigeriana Adichie (2017), na sua obra de pequeno manifesto intitulado “para educar uma criança feminista” trazendo quinze sugestões dadas a sua amiga de infância que lhe pediu ajuda.

Nas sugestões dadas entre elas destaco a mais interessante sobre como educar uma criança feminista começando na terceira sugestão, a que autora pontua como ensinar papéis de gênero numa versão contraria da que foi enraizada na sociedade, aconselhando amiga para com a filha, “nunca lhe diga para não fazer ou deixar de fazer alguma coisa porque você é menina, porque você é menina nunca é razão para nada. Jamais” (ADICHIE, 2017, p.21). Em seguida a quarta sugestão conota, a informar de um feminismo necessário não da que ela denomina de feminismo leve da qual, usa analogia de que homem é cabeça e a mulher é pescoço, mas sim para um feminismo que acredita na igualdade entre mulheres e homens, sem ter a ideia de que naturalmente homens são superiores a mulheres. Essas recomendações nos ajudam a observar a necessidade e a importância do papel da família na busca pela

transformação quando se compromete com consciência levar a igualdade e equidade de gênero, nesta busca, as sociedades e assim a guineense situa a preocupação de sensibilização com efeito trabalhoso.

Diante destas necessidades, pensar-se de uma igualdade de gênero na sociedade guineense coloca a responsabilização das instituições públicas para instituir políticas antes de tudo construção das leis que subjagam a cobrasse a equidade de gênero.

Se o Feminismo consiste na procura de justiça nas relações de gênero, é natural que as reivindicações feministas tenham tido como principal alvo o Estado, na medida em que este tende a ser o detentor da justiça e seus instrumentos, e uma entidade fundamental para a mudança sociocultural. Contudo, se o Estado foi entendido como sendo um aliado potentíssimo dos movimentos feministas, isto foi possível pela consciência de que é também o Estado, o maior perpetuador das desigualdades nas relações de gênero e o protótipo do patriarcado (MOREIRA, 2017, p.9).

À medida que o Estado assuma a responsabilidade, permitirá que a situação de gênero seja pauta, tanto que seria precursor principal no alavanque desta perspectiva da qual proporcionará mudanças para uma sociedade de igualdade social dos indivíduos de gênero diferentes. Porém, a maior infelicidade não está nem perto da realidade do Estado guineense.

4. AS CAUSAS DE DESIGUALDADE E EVASÃO ESCOLAR FEMININA NA GUINÉ-BISSAU.

A igualdade entre os gêneros está garantida na constituição da República da Guiné Bissau, nos seus artigos 24 e 25, que todos são iguais, e gozam dos mesmos deveres, e leis, sem distinção de raça, sexo, de qualquer nível ou crenças e em todo o domínio da vida.

ARTIGO 24° Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica. Artigo 25° O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU, 1996, p.04).

Essas leis estão garantidas pela constituição e devem ser respeitadas por todos, sem distinção de qualquer tipo ou forma de violação desses direitos. Mesmo tendo as desigualdades estruturais entre os gêneros que são muito evidentes a situação sociocultural e económica afetam muitas meninas na nossa sociedade, como afirma Baticã,

Na Guiné-Bissau, observa-se de forma evidente desigualdades estruturais entre os homens e as mulheres, meninas e rapazes, ditadas pelo contexto sociocultural e económico e por circunstâncias sociais e políticas específicas, que colocam as mulheres em situação de desvantagem, com um fraco exercício para desenvolverem o seu pleno potencial e gozar dos seus direitos humanos (BATICÃ, 2015, p.05).

A situação sociocultural, econômica, social, política e os estereótipos criados pela nossa sociedade afetam muito as mulheres e as meninas, impedindo de se desenvolverem, porque vem sempre com o discurso como “cuzinha ki mindjer”, trazido por Vieira Té (2018), que significa “cozinhar lhe torna mulher”, em muitos dos lares são usados para as mulheres e meninas, isso diminui a autoestima de muitos.

A evasão escolar feminina é motivada por muitas causas, vamos trazer aqui algumas causas destacadas por autores, Segundo Baticã, (2015) ele aponta os estereótipos de gênero e preconceito como uma das causas de evasão escolar feminina, ele afirma que “Os estereótipos de gênero afetam a realização de direitos assim como podem prender meninas e meninos em comportamentos que os impedem de desenvolver todo o seu potencial” (p.17), esse mal está muito ativo na nossa sociedade, onde tem muita divisão de tarefas, coisas de lazer e entre outros, que afeta muito as mulheres e meninas. O mesmo autor ainda afirma que todos nós, podemos lutar para combater os estereótipos, consciencializando, explicando, adaptando o comportamento e o discurso igualitário.

Todos nós podemos desafiar os estereótipos de gênero, tomando consciência de como podemos estar perpetuando esses estereótipos; aumentando a consciencialização sobre seu efeito em nossas vidas; explicando que eles não refletem a verdade e adotando comportamentos de gênero igualitários (BATICÃ, 2015, p.07).

Adotando esses valores, podemos construir uma sociedade mais igualitária, onde todos podem gozar dos seus direitos e deveres, de acordo com os princípios de cada sociedade. O modo, a forma de educar as filhas/os na nossa sociedade, atribuiu a cada sexo o seu espaço, limitando a mulher de crescer, de ocupar os espaços.

Desde a tenra idade, a família, instituição primeira do indivíduo, educa as crianças dentro de um padrão social que espelha o “interesse” atribuído a cada um dos sexos no seio da família e na comunidade. Assim, aos rapazes são inculcados o sentido de liderança e coragem para enfrentar e superar as adversidades enquanto as raparigas são valorizado o sentido de obediência, submissão e zelo. Esta prática não favorece às meninas e mulheres o desenvolvimento da autoestima, uma vez que lhes são inculcadas a submissão aos homens. A expressão comumente utilizada desta prática é: “homem não chora; mulher é sofredora” (FALA DE MINDJER, 2018, p.45).

Essas práticas discriminatórias que a nossa sociedade tem, não ajuda o crescimento de muitas meninas. “O menino é ensinado a ser líder, a mandar enquanto a menina é educada a ser submissa, a aceitar e a acatar, [...]” (MINDJER, 2018), na ausência dos pais, o menino é quem lidera a casa, ele é mais confiável, essas práticas dominaram e continuam a dominar a nossa sociedade, impedindo as meninas de se desenvolverem, porque elas são vistas como incapazes submissas e fracas, elas são fortes apenas para fazer os trabalhos domésticos.

O relatório Fala de Mindjer aponta o casamento forçado e a gravidez precoce como causas da evasão escolar feminina,

[...] a maternidade precoce, considerada uma desonra para a família, pois exerce uma influência negativa na instrução e formação das raparigas. Assim, os pais, para preservarem a honra da família, interrompem a formação das suas filhas para dá-las em casamento, mesmo que gostassem de a ver formada (FALA DE MINDJER, 2018, p.46).

Muitas famílias, por preservarem sua honra, toma frequentemente a decisão de dar em casamento as suas filhas, preferem vê-las casadas, do que desonrar a sua família. Numa declaração no mesmo relatório, um pai afirma que, “Eu tenho medo de ver a minha filha grávida, por isso mesmo com dez anos, se ela conseguir um homem, eu dou-lhe em casamento” (MINDJER, 2018). Muitas das decisões sobre o futuro das meninas são tomadas por pais ou a família, muitas das mulheres e meninas não podem decidir por suas vidas. Os pais preferem guardar a honra da família do que ver as filhas formadas e independentes, porque eles vão ter o marido, e ele vai cuidar de tudo e de todos.

Ainda, o mesmo relatório aponta que a responsabilidade sobre gravidez é atribuída a mulher “prática injusta e discriminatória contra as meninas que sozinhas sofrem as consequências da gravidez”, assumindo o problema e a consequência recai sobre ela sozinha, ela tem que deixar a escola para se casar, ela tem que cuidar do filho e do marido.

A mulher guineense desde a tenra idade é educada a ver o casamento como solução para seus problemas, impossibilitando-a de desenvolver o seu potencial ou de exercer o seu direito humano e constitucional, limitando-o de querer desenvolver a sua capacidade educacional. “Ao longo da sua vida, a mulher guineense é educada e preparada para o casamento, fazendo disso o seu objetivo primário. Para um bom cumprimento dessa função, ela muito cedo é ensinada a ser submissa e a acreditar que precisa de alguém para tomar conta dela” (MINDJER, 2018, p.47).

Nessa ideia, muitas meninas e mulheres têm e veem o casamento como solução para suas vidas, porque ela é educada a ver isso assim, limitando o seu crescimento humano. Em muitas famílias a formação de uma menina vai depender muito da sua família, dependendo do nível social da família a que ela pertence. Segundo o relatório,

A formação das raparigas depende muito da importância que a família atribui ou não ao casamento, em detrimento da formação e emancipação da mulher. Quanto maior for a identificação da família com o idealismo social dominante, “mulher é em casa” menor será a probabilidade da escolarização da rapariga e prosseguimento da formação (MINDJER, 2018, p.46).

Em sociedade guineense a família é muito importante, e tem muita contribuição na formação de um indivíduo dentro da sociedade, muitas vezes, a sua formação como pessoa e como profissional vai ter muito traço da sua família.

O fator econômico e a descentralização do ensino superior da capital para as regiões do país, também são causas da evasão escolar feminina. O relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau aponta que “As crianças provenientes de famílias mais abastadas têm 90% de possibilidades de aceder à escola, enquanto que aquelas originárias de famílias mais pobres têm apenas 65%. Estas disparidades manifestam-se mais quando se progredem para os níveis mais elevados do ensino” (LGDH, 2010/2012, p.65). A situação de pobreza, no país, afeta muito a educação, e a falta de universidade pública deixa muita família a optar por mandar os meninos para a escola, sacrificando a menina que se acredita “não pertencer à família”. “Porque um dia irá se casar e deixar o lar para pertencer a outra família” Fala de Mindjer (2018), esse discurso deixa muitas meninas fora do ensino superior, porque acreditam que elas não precisam estudar muito.

A disparidade, os estereótipos, a situação econômica, e muitos outros fatores que afetam a educação de mulheres e meninas guineenses, afeta muito a educação delas, e o índice de analfabetismo continua aumentando;

Os dados estatísticos sobre a situação das mulheres em diversos setores são alarmantes, senão vejamos: 56,28% da população adulta é analfabeta dentre as quais 64.12% são mulheres, e em termos da idade de frequentar a Escola Secundária encontram-se 27,3% dos rapazes e 19,9% raparigas (LGDH, 2010/2012, p. 27).

A situação de pobreza no agregado familiar afeta muitas meninas, deixando muitas delas fora do ensino superior, usando o discurso “que o lugar da mulher é em casa, ajudando a mãe nos trabalhos domésticos”, esses discursos afetam muitas mulheres e meninas.

Quanto à descentralização de ensino superior para as regiões do país. A formação das meninas e mulheres depende muito disso porque os estereótipos criados na nossa sociedade, muitas meninas têm dificuldade de deslocar para o capital para continuar os estudos, e consideram que a escolarização de meninas não é importante, como ressalta o relatório *Fala di Mindjer* (2018), “a grande maioria das famílias guineenses ainda considera que a escolarização das jovens raparigas não é tida como primordial comparada à dos rapazes”, pondo barreira e limitação em capacidades das meninas.

Enquanto isso, a tese da Mandau (2015), nos traz muitos relatos sobre as causas da evasão escolar das ex-alunas de internato de *Bor Frantz Fanon*. Muitas mulheres adolescentes e jovens são obrigadas a abandonar a escola por causa do casamento precoce.

E como havia sido retirada da escola, como no caso da menina (Tchiffoda), cujo pai não conseguia convencer os responsáveis do internato e recorreu a outro meio, mandando outra pessoa para ir mentir que a menina ia fazer só uma cerimônia importante e retornaria em alguns dias e depois disso a menina nunca mais retornou para internato.

Os fatos testemunhados aqui levam-nos a refletir e a inquirir ao mesmo tempo: “Quantas crianças, ou adolescentes, talvez tivessem sido vítimas dessa prática cultural na Guiné-Bissau?” Se aquelas as meninas que estavam sob a proteção do Estado, no internato, corriam o risco de ser retiradas pelas famílias, imagine como lidavam com essa situação as que moravam com os pais, ou outros parentes, e estudavam nos colégios normais. É importante refletir-se nessa questão, porque pode contribuir com o elevado índice de evasões escolares assinaladas em vários documentos do Ministério da Educação da Guiné-Bissau. Essa dúvida talvez possa vir a ser desvendada por meio de uma investigação. (MANDAU,2015, P. 217).

Mesmo com recursos limitados e não consideração da capacidade de meninas de poder ocupar um espaço em nível de formação elevada, elas ainda precisam de apoio de muitos autores educacionais “para romperem as barreiras tradicionais e acordarem o mesmo grau de importância a ambos os sexos no acesso à formação, distribuição igualitária dos deveres em casa e na promoção da participação e auto afirmação das meninas nos diferentes lugares na comunidade”, e com a descentralização do ensino superior nas regiões, muitas famílias, vão poder apostar na educação das filhas, sem que elas possam deslocar a procura da formação. Segundo a autora: “O combate a essa prática se torna cada vez mais difícil, pois se confunde com a vontade de escolha e as vivências culturais. Na Guiné-Bissau, por enquanto, as opiniões se dividem quanto ao assunto” (Mandau, 2015, p.218).

5. ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ BISSAU

Antes de iniciar uma breve narração sobre a situação do ensino superior na Guiné-Bissau, é importante ressaltar aqui, que após a independência até ao ano 2000, a questão do ensino superior na Guine-Bissau nas fontes teóricas dos autores como Sucuma (2013). Belmiro e Carlos (2020-2021), Sucuma (2013), Tamba (2016) e entre outros materiais como dados, documentos, tais como leis, o país possuía sete instituições da Educação Superior na época.

A Escola Nacional de Saúde fundada em 1974 foi primeira instituição da Educação Superior no país, cujo objetivo era formar quadros e técnicos na área de saúde. Depois de um ano, concretamente em 1975, foi criada a Escola de Formação Amílcar Cabral, situada em Bolama, com o intuito de formar quadros e professores de ensino básico. Em 1979, foi Escola de Formação dos Professores de Ensino Secundário Tchico Té, situado em Bissau, cujo objetivo era formar quadros e professores para o ensino secundário. Em seguida, em

1982, foi criado o Centro de Formação Administrativa (CENFA), atual Escola Nacional de Administração (ENA), em Bissau, cujo objetivo principal é formar os quadros técnicos na administração pública e privada. Quatro anos depois foi criada a Faculdade de Medicina, com o objetivo de formar médicos e quadros para a saúde pública. Ainda aos 15 anos, em 1986, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), para a formação de professores de educação física e desportos. Em 1990, através da Cooperação Portuguesa, abriu-se a Faculdade de Direito de Bissau (FDB), oferecendo o curso de Direito, com grau de Licenciatura.

Diante disso, percebe-se que depois da independência até 1990 a Guiné-Bissau possuía sete instituições de ensino superior, sendo que três delas tinham o papel na formação dos professores para ensino básico e ensino médio. Caso de Escola da Formação Amílcar Cabral, Escola de Formação dos Professores de Ensino Secundário Tchico Té e Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Quanto à Escola Nacional de Saúde, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito de Bissau oferecem os cursos de nível licenciatura. Por último, a Escola Nacional de Administração (ENA), oferece os cursos de Administração e Contabilidade em nível médio e superior.

Hoje, a Guiné-Bissau só conta com uma universidade pública, a Amílcar Cabral, cujo projeto, porém, está muito aquém do planejado. Com efeito, esta universidade devia federar várias faculdades dispersas que, com o tempo, tinham sido fundadas, desde a Faculdade de Direito até a Escola Nacional de Administração, de Medicina e outras. Entretanto, tal processo nunca se deu, e até hoje o posicionamento institucional e o relativo funcionamento da Universidade Amílcar Cabral e das suas (supostas) faculdades é incerto e questionável. Além disso, se o projeto inicial relativo ao ensino superior estava centrado na sua difusão em todo o território nacional, aqui também houve constrangimentos ainda não ultrapassados: a oferta académica está quase que completamente concentrada em Bissau e, segundo um relatório recente ela não responde aos anseios de desenvolvimento presentes no país. Com efeito, consoante o “Estudo Diagnóstico da Educação Superior e Investigação Científica: Oportunidades e Recomendações” da autoria da Fundação Fé e Cooperação e financiado pela União Europeia, publicado em 2022, que 55% das instituições de ensino superior estão concentradas na capital e arredor, e a região de Tombali não tem nenhum estabelecimento universitário (SUCUMA,2024,p.19).

Com tudo isso, é notável que as instituições de formação e as universidades pública e privadas do país estão centralizadas na capital Bissau uma vez que tem jovens nas regiões do país. Nanque (2019) assevera o seguinte;

Com a falta de instituições de formação nas regiões do país, os jovens residentes das regiões correm riscos de entrar na delinquência juvenil ou crime organizado, com fortes consequências para a sociedade e o país em geral, uma vez que não são dadas oportunidades de se formar localmente. Outro fator que Eugel (2009) vai falar, tem a ver com as cobranças que eram feitas nestas universidades, isto é, as inscrições e as mensalidades, mesmo levando em conta o baixo poder de aquisição da população. Por estas dificuldades, muitos acabam por desistir, por não poderem continuar a pagar a sua formação, só na Universidade Amílcar Cabral (U.A.C) que era pública, a mensalidade era de 10 mil francos. (NANQUE *apud* 2009, p.16-17).

Esta concentração se dá não só na área do Ensino Superior, mas também quanto ao próprio poder administrativo do país. Emissão de carteira de identidade e passaporte, por exemplo, são serviços que não estão disponíveis em todas as regiões, o que tem como consequência o aumento do nível de pobreza no centro de cidade, bem como falta de oportunidades de emprego para maior número de pessoas (TAMBA, 2016, p.17).

Acesso ao espaço educacional constitui enorme desafio na Guiné-Bissau, principalmente para camada feminina, o principal fator desta dificuldade é o próprio Estado, pelo facto da instabilidade política, de acordo com Moreira (2017, p.6) “A instabilidade política peca por não permitir um avanço em termos da legislação e do cumprimento das leis do Estado, sendo geradora de mais situações de violência e impunidade dada à ineficácia do Estado”.

Nesta situação torna-se dificultosa a atenção de uma política consubstancial, contudo é bom ressaltar a configuração masculina da política guineense, que também constitui motivo de, nessa sociedade, haver um grande desafio para construção de uma consciência crítica sobre questão de gênero e da participação ativa e numerosa das mulheres, fazendo assim as relações do gênero ser marcadas pela enorme desigualdade,

[...]as violências e a instabilidade política são simultaneamente causas e consequências da afirmação progressiva das masculinidades violentas na Guiné-Bissau e da sua institucionalização enquanto modelo para o exercício do poder político. Na soma desta trilogia, ou talvez no seu princípio, podemos apontar o Estado e o poder como os objetivos de toda esta dinâmica (MOREIRA, 2017, p.7).

Tendo esta consideração, graças a um grupo de organização das mulheres maiorias parlamentares, que organizaram uma plataforma política de mulheres, com o intuito de exigir aos partidos políticos a participação de 40% das mulheres nos candidatos a deputado. Assim, a proposta inicial que constitui lutas desafiadoras a estes grupos de mulheres é fazer convencer grupos de homens, seus companheiros parlamentares e de partido como salienta

Dala Diop (2021). Em 2 de agosto de 2018 foi apresentada que na infelicidade da cultura machista da qual “houve boicote de alguns dos deputados, inclusive, o presidente da Comissão Especializada para Assuntos da Mulher e Criança, o deputado Solla Na Quilin” (DIOP, 2021, p.6), por razão da má interpretação pois se viam que talvez estariam perdendo seus privilégios, após 4 de dezembro de 2018 foi aprovada a lei que inicialmente se chamava lei de quota e passou a ser de paridade aprovada em dimensão de 36% na eficácia de uma alternância política em que permitiria um equilíbrio em termos de gênero num lugar referente do país, onde a decisão do Estado se valia e com uma perspectiva de nova visão ao Estado guineense.

Infelizmente, esse desejo ficou abstrato, isto é, no tocante à sua fiscalização e execução, testemunhamos, de novo, nas últimas eleições o não cumprimento nas eleições legislativas de 2022, e sem sucesso não foi falado nada sobre o porquê da não existência do próprio tribunal considerar o efeito da lei de paridade. Assim, nestas situações o alcance do espaço de referência e de decisão continuou a ser desafio e lutas da camada feminina guineense, possibilidade de chegar ao ensino superior já é um luxo para todos e ainda para mulheres duplica-se mais, nessas considerações que vimos necessidade de uma atenção em todos sectores.

Nesse sentido, no inquérito aplicado às instituições de ensino superior, estudo diagnóstico do ensino superior e investigação científica: oportunidades e recomendações (2022)- Belmiro Cabrito Carlos Cardoso, “foram solicitadas informações acerca do número de alunos que frequentavam a instituição nos dois últimos anos letivos, os anos de 2020-2021 e 2021-2022. Relativamente ao ano letivo de 2020-2021 houve cinco instituições com ano nulo, pelo que os dados recolhidos dizem respeito, apenas, a 26 das 31 instituições; para o ano 2021-2022, obtiveram-se os dados de todas as instituições sendo possível afirmar que no presente ano letivo estão a frequentar o ensino superior 17025 estudantes”.

Para melhor compreensão do processo de evolução da educação superior na Guiné-Bissau, de 2020 a 2021, compreendo que vale a pena implantar um quadro que demonstra a síntese dessa evolução, como mostra no Quadro 1

Quadro 1 | Número de alunos matriculados no ensino superior, 2020-2022.

ANO LETIVO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
-------------------	------------------	-----------------	--------------

2020-2021	7157	5870	12985
2021-2022	10117	6908	17025

Fonte: Estudo Diagnóstico do Ensino Superior e Investigação Científica: oportunidades e recomendações (2022).

Neste quadro dá para perceber que os números da procura do ensino superior aumentaram nesses últimos anos, ou seja, aumentou os números dos meninos, enquanto das meninas diminuiu para 17,7%. De acordo com Belmiro e Carlos (2020-2021) o crescimento das matrículas não é homogêneo em termos sexuais.

Os dados do Quadro 5 permitem verificar que o número de matrículas no ensino superior em 2021/2022 já ultrapassa largamente as 15000 previstas para 2025 evidenciando um considerável dinamismo da procura guineense de ensino superior. Aliás, a taxa de crescimento nos dois últimos anos letivos foi de 31% aproximadamente. Todavia, o crescimento das matrículas não é homogêneo em termos sexuais. De facto, enquanto a taxa de crescimento do número de jovens do sexo masculino cresceu, de 2020-2021 para 2021-2022, 41,4%, o valor homólogo para as jovens ficou-se nos 17,7% (BELMIRO; CARLOS, 2020-2021, p.31).

Os dados acima se referem ao quantitativo por gênero de estudantes no tocante ao ensino superior na Guiné Bissau. Quando às matrículas, quando são abertas, há sempre demanda de alunos em cursar o curso superior como acima citado; participação que inclui os meninos e as meninas, mas nota-se que de 2020 a 2021 ouve mais números de aderência de homens do que das meninas, como podemos ver na tabela abaixo.

Quadro 2 | Estrutura sexual dos estudantes do ensino superior

ANO LETIVO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
2020-2021	55,1	44,9	100,0
2021-2022	59,4	40,6	100,0

Fonte: Estudo Diagnóstico do Ensino Superior e Investigação Científica: oportunidades e recomendações (2022).

Os valores do quadro mostram uma estrutura sexual dos estudantes do ensino superior relativamente desequilibrada e que a situação se agravou entre 2020 e 2022, com a percentagem de jovens do sexo masculino matriculados no ensino superior a aumentar. Os

números evidenciam a necessidade de medidas de política educativa que favoreçam a procura de ensino superior por parte dos indivíduos do sexo feminino.

A educação como sector principal, o objetivo deve consistir na expansão das redes escolares permitindo acesso à educação para todos e todas e de forma necessária precisa de recursos funcional para formação e capacitação dos professores na área pedagógica, infraestruturas escolares, educação inclusiva, debate de gênero e com capacidade de responder financeiramente a sociedade educativa. Sensibilização que já se tem com organismos internacionais precisa ter protagonistas os próprios nacionais, como forma de compreender as demandas sem julgar sumariamente as realidades dispersas, os grupos de pessoas membros de ONGs que desconhecem de muitas culturas e práticas étnicas e julgam por meios das formas de intervenção sobre problemas de gênero nas realidades dos países africanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da nossa pesquisa e com relação ao objetivo que propomos atingir, discutindo a questão de gênero, com reflexão sobre a desigualdade constituída para a diferenciação entre mulher e homem, a partir de seus papéis sociais, e no ensino superior, concluímos através dos dados da área, que há um número significativo de desigualdade no ensino superior em relação às meninas, devido a cultura machista, modelo familiar patriarcal conservada pelas religiões existentes no país. Em vista disso, é primordial que exista mais pesquisa voltadas a esta temática com a finalidade de emancipação feminina e criação das leis de equidade que lutam contra o machismo na sociedade, visto que todo esse processo de diferenciação de funções deriva da cultura machista.

Com essas demandas que o Estado deve funcionar, preocupações sociais que respondem a demanda do povo, a nível educacional que responde o comportamento, cultura. Só com essas medidas que as mulheres podem concretizar suas lutas do dia a dia, defender a igualdade e equidade, dentro das organizações através das promoções de palestras sensibilização, tudo isso visa contribuir para que haja mais mulheres nos espaços de tomada de decisões e na diminuição da desigualdade de gênero no país. O acesso ao ensino superior para as meninas na Guiné-Bissau é fundamental para promover a igualdade de oportunidades educacionais e alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Superar os desafios que impedem o acesso das meninas ao ensino superior requer um esforço conjunto de governo, organizações da sociedade civil e comunidades. Investir na educação das meninas

não é apenas um imperativo moral, mas também uma estratégia eficaz para promover o progresso social e econômico. A mobilização e sua eficácia para emancipação necessitam responder a demanda do mercado de trabalho e subsequentemente suas condições necessárias sobre direito trabalhista, isto é, considerando as licenças maternas sem prejuízos contratual e salarial dessa trabalhadora o que garante a emancipação econômica e posicionamento em qualquer espaço que se encontre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ADICHIE, Chimamanda Ngozi, “Para educar uma criança Feminista: um manifesto”; Tradução Danise Bottmann. 1ª ed. – São Paulo: Companhia de Letras, 2017.

ALMEIDA, Jane Soares de, “As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade” **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB** Campo Grande-MS, n. 31, p. 165-181, jan./jun. 2011.

BATICÃ, Hélder Duarte. **Manual de Igualdade e Equidade de Gênero**. Programa de Formação Avançada para ANEs. UE-PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvovimentu”, 2015.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Disponível em: https://www.stj.pt/wpcontent/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf. Acesso em: 24/11/2021.

DIOP, Dala, “Desigualdade de Gênero na Guiné-Bissau: um Estudo sobre a Implementação da Lei de Paridade e o Desafio da Participação das Mulheres Guineenses da Esfera Pública” **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Biblioteca**, Redenção, 2021.

DOVE, NAH. **Mulherisma Africana**¹ Uma Teoria Afrocêntrica, JORNAL DE ESTUDOS NEGROS, Vol. 28, Nº 5, maio de 1998 515-539 © 1998 Sage Publications, Inc.

FALA DE MINDJER, as vozes das mulheres. **Além da pressão social e das barreiras Institucionais**: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau. Interpeace, março de 2018.

MOREIRA, Joacine Katar “A Cultura *di Matchundadi* na Guiné-Bissau: Gênero, Violências e Instabilidade Política” Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutora em Estudos Africanos» **Instituto Universitário de Lisboa ISCTE**, nev. 2017.

ALONSO, Angela *et al.* de. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**: bloco qualitativo. SescSão, 2016.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam**. Serviço Social & Realidade, p. 182-206, 2009.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: **os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**, Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

RODRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Casimiro, “**Representações de África e dos Africanos na História e Cultura Séculos XV a XX**” Coleção Estudos & Documentos, O Conhecimento Etnológico da Guiné-Bissau. Uma Perspectiva de Género, Manuela Borges, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Ponta Delgada 2011.

SILVA, Tatiana Raquel Reis, **LUTAS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO FEMININA EM ÁFRICA: considerações sobre Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde**, Artigo recebido em: 15/03/2018. Aprovado em: 16/05/2018.

TAMBA, Tino. **Ensino superior na Guiné Bissau depois da independência** entre 1974-2012. 2016.

SUCUMA, Arnaldo. **O ensino superior na Guiné-Bissau: elementos estruturais, conjunturais e suas implicações no desenvolvimento das universidades guineenses**. Editora Dialética, 2022.

NANQUE, Danilson Pedro. **Ensino superior na Guiné-Bissau no período pós-independência** (2003-2018): Desafios e perspectivas. 2019.

CARDOSO, Cabrito, Carlos. **Estudo diagnostica da educação superior na Guiné-Bissau e investigação científica. Oportunidades e recomendações**. Bissau: junho de 2022

PISCITELLI, Adriana. “Gênero: História do Conceito” In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (Org.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.

GOMES, Patrícia Alexadra Godinho. “ “Outras Vozes”: **Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau**”. Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, Janeiro – Junho de 2016.

BORGES, Manuela. “**O Conhecimento Etnológico da Guiné-Bissau. Uma Perspectiva de Género**”. In: RODRIGUES, José Damião, RODRIGUES Casimiro (org). “Representações de África e dos Africanos na História e Cultura Séculos XV a XXI”. Ed. Centro dos Estudos Além-Mar, Ponta Delgado, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. “**Poder do Macho**”. editora Moderna LTD, São Paulo 1987. (Coleção polemica) ISBN 85-16-00364-7.